



Apresentação

Sistemas agroextrativistas e territórios de uso comum na Amazônia: Reflexões sobre transformações e continuidades

Carlos Valério Aguiar Gomes, Doutor, UFPA, valeriogomes@ufpa.br;
Angela May Steward, Doutora, UFPA, angelamay@ufpa.br;
Luís Mauro Santos Silva, Doutor, UFPA, lmsilva@ufpa.br

Este volume da RAF foi construído a partir da seleção de trabalhos de conclusão de curso da primeira turma de discentes do curso de Especialização em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum da Amazônia (GESAM), com identidade visual representado na figura ao lado.



Figura 1 – Logomarca GESAM.

O curso é oferecido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), do Instituto de Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nas últimas três décadas foram criadas progressivamente na Amazônia modalidades inovadoras de gestão de territórios de uso comum e proteção da biodiversidade junto aos povos tradicionais, como resultado de um processo histórico de mobilização social ligado aos problemas de acesso e uso da terra e dos recursos naturais.

Esses espaços de uso comum expressam a heterogeneidade regional e representam novas territorialidades resistentes à expropriação, valorizando fatores socioculturais, onde se busca a promoção de desenvolvimento econômico com bases sustentáveis pautada em sistemas de produção agroextrativista. Dentre os territórios de uso comum na Amazônia, destacam-se as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Projeto de Assentamentos Agroextrativistas, Territórios Quilombolas, Terras Indígenas, dentro outros. Populações residentes destas áreas nasceram e cresceram em territórios diversos compostos de florestas, rios, lagos, manguezais, campos e praias e que têm em comum o fato de

estabelecerem uma interdependência junto a biodiversidade natural, expressada na própria relação de produção e consumo familiares através de estratégias produtivas e de vida centradas em conhecimentos tradicionais, sintetizando assim peculiares formas de gestão destes territórios.

Os territórios de uso comum na Amazônia enfrentam realidades complexas que exigem abordagens multidisciplinares para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por governos e populações locais, na sua gestão socioambiental e econômica. Assim, o objetivo da especialização GESAM é aperfeiçoar a formação de profissionais que, preferencialmente, já atuam em instituições voltadas para a gestão de territórios de uso comum, envolvendo as diversas realidades produtivas, socioculturais e de gestão do capital ecológico e social presentes nesses territórios na Amazônia.

Para tanto, o curso GESAM prioriza um percurso formativo com uma base teórica sistêmica, buscando fortalecer as experiências profissionais dos discentes como subsídios para dialogar com as comunidades tradicionais via uma melhor compreensão de suas lógicas produtivas, e enfrentar os diversos e distintos desafios de atuação na gestão desses territórios.

Em termos de resultados, são apresentados doze artigos produzidos por estudantes sob orientação de docentes e colaboradores do curso GESAM, garantindo uma diversidade de análises e realidades, divididos em três temáticas centrais (i) políticas públicas e populações agroextrativistas; (ii) territórios e transformações; (iii) valorização de saberes, práticas e modos de produção agroextrativista.

A temática “**políticas públicas e populações agroextrativistas**” ancora os primeiros três artigos. O primeiro artigo, *Financiamento do extrativismo no PDRS do Xingu: onde cabe a sustentabilidade*, analisa a visão de sustentabilidade presente nos projetos com ações em Reservas Extrativistas no município de Altamira, estado do Pará, aprovados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que surge como medida compensatória dos efeitos negativos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. O segundo artigo, *O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará*, aborda o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea e avalia os efeitos nos sistemas produtivos das unidades familiares, considerando a diversidade de produtos, relacionando com a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis socialmente no período de 2012 a 2018. O terceiro

artigo, *Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará*, destaca o papel da política de crédito pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), observando os impactos, tanto positivos quanto negativos nos estabelecimentos agrícolas das famílias que acessaram a política de crédito.

A segunda temática “**territórios e transformações**” fundamenta três artigos em vários contextos regionais, apresentando estratégias de adaptação familiares diante de novos desafios nos territórios e sugerindo novas abordagens para pensar em conceitos antigos. Assim, o quarto artigo apresentado, *Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte*, propõe uma identificação e análise de percepções das famílias ribeirinhas sobre as transformações do meio natural causadas pela construção de Belo Monte. O quinto artigo, *Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará*, se concentra em fatores que motivaram os agricultores familiares para recuperação florestal, buscando compreender as razões das famílias para as escolhas das espécies que compõem os sistemas agroflorestais adotados. O sexto artigo, *Condições de estabilização da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá-PA*, discute quais relações se estabelecem entre agricultura familiar e sustentabilidade partindo da diferenciação entre a dinâmica do ciclo de fronteira e a complexificação dos agrossistemas como mecanismo de estabilização territorial, através do recorte de uma fronteira antiga de ocupação do nordeste paraense, o município de Santo Antônio do Tauá. O sétimo artigo, *Existir sobre as águas: refletindo “territorialidade” amazônica a partir do viver estuarino da “aquabilidade”*, embasado em pesquisas no município de Afuá, Ilha do Marajó, produz questionamento de determinados postulados teóricos responsáveis por alimentar os processos de interpretação/representação local assimilado pelos usos da categoria *territorialidade*, buscando se posicionar em favor de um termo alternativo para leituras da vida estuarina, considerando as águas dos rios como lugares onde também ocorrem manifestações da vida antrópica amazônica, expressa na ideia de uma “aquabilidade”.

A terceira temática “**valorização de saberes, práticas e modos de produção agroextrativista**” agrupa os próximos cinco artigos mantendo o recorte empírico do volume. O oitavo artigo, *“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Isabel-PA*, analisa as relações de

parentesco presentes nesta comunidade, buscando identificar e descrever as formas como se apresentam em suas práticas de solidariedade, bem como o papel que desempenham para a manutenção e fortalecimento desse grupo social. O nono artigo, *Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri*, investiga como ocorre o trabalho feminino dentro da comunidade quilombola, sobretudo identificando a participação das mulheres nas atividades produtivas que compõem a economia doméstica; e como este trabalho é percebido na família e na comunidade, trazendo a luz questões sobre a invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades quilombolas. O décimo artigo, *A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará*, discute o trabalho das mulheres dentro e fora da unidade familiar, assim como a representatividade das mesmas na economia, considerando especialmente as transformações que a comunidade vem passando tanto na sua paisagem quanto na relação de trabalho, devido à proximidade da região metropolitana de Belém. O décimo primeiro artigo, *A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo*, se propôs a identificar as práticas de manejo relacionadas ao modo de produção do açaí realizadas por famílias agroextrativistas, analisando as práticas do manejo adotadas e contextualizando a importância da produção do açaí na economia das famílias e identificando as dificuldades encontradas para produção e venda do açaí. O último artigo, *Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí*, se dedica a analisar os ciclos do desenvolvimento rural do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio, Afuá-PA, durante o período de 1980 à 2019, dividindo-os em balizas de análise, para discutir sobre diferentes momentos de trajetória de desenvolvimento na vida dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas do assentamento, sendo o último pautado na economia do açaí.

Portanto, a Revista RAF neste volume brinda os leitores com ricas reflexões construídas no percurso formativo da primeira turma da especialização GESAM (out/2017-set/2018), esperamos que esta leitura contribua para a contínua e necessária reflexão sobre os desafios enfrentados pelas comunidades residentes dos territórios de uso comum na Amazônia, visando a promoção de um desenvolvimento territorial justo com bases adaptadas na biodiversidade e nas múltiplas realidades retratadas neste volume.